

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), companhia de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos

consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2027, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014 (cotas-partes de 2020)
- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)
- 2.179/2016 de 29 de novembro de 2016 (cotas-partes de 2022)
- 2.354/2017 de 05 de dezembro de 2017 (cotas-partes de 2023)
- 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 809.739 em 31 de março de 2020 (R\$ 674.316, em 31 de dezembro de 2019). As tratativas sobre essa questão podem ser observadas na nota 4.1d.

COVID-19

A Companhia vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das cidades onde se encontram suas unidades administrativas e operacionais, e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades, dado o setor estratégico em que está inserida.

A principal característica da pandemia até este momento, sob a ótica econômico financeira, é a incerteza, fato que não favorece análises probabilísticas para a determinação de cenários a partir da precariedade de informações macroeconômicas cruciais a este tipo de exercício. Nessa conjuntura, surge a necessidade de avaliar-se impacto sobre as atividades da Companhia para fins das demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2020.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação e ações emergenciais a serem adotadas. A força de trabalho tem desempenhado com êxito suas atividades e, não se observou até o momento, nenhum impacto operacional significativo causado pela pandemia da COVID-19.

No que diz respeito aos impactos da redução de mercado, observa-se que a partir do isolamento social imposto em meados do mês de março de 2020, o consumo no Brasil vem sendo reduzido se comparado ao observado em semanas anteriores.

Diante do cenário atual, a Companhia vem acompanhando o planejado para sua receita

de Geração com o realizado. Até o momento não houve evidências de perdas, sejam operacionais ou financeiras ocorridas por inadimplência. Acredita-se que se houver perdas, estas serão momentâneas, com gradual recuperação conforme melhora da situação econômica em geral.

Adicionalmente, o Governo Federal, por meio do Decreto nº10.350 de 2020, contempla medidas adicionais destinadas a cobrir o possível déficit de arrecadação das distribuidoras de energia elétrica, denominado “Conta-COVID”. As medidas serão via empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de forma que as dívidas não impactem balanços das empresas distribuidoras e servirão para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras com diversos itens de abril a dezembro de 2020. Apesar da não evidência de eventuais inadimplências decorrentes da pandemia, a Companhia entende que esse Decreto representa um reforço de caixa das distribuidoras de energia e poderá mitigar eventuais inadimplências futuras.

A União Federal reconheceu estado de calamidade pública em todo o território nacional, com vigência de 23.03.2020 a 20.12.2020, por conta da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19) – pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Os governos (federal, estaduais e municipais), vêm adotando medidas para o enfrentamento desta emergência, tais como distanciamento social e suspensão de atividades econômicas, tendo como foco a preservação da saúde da população, além de outras de natureza de social, trabalhista, tributária e de contenção, visando o suporte e a saúde financeira das famílias e das empresas. Dentro deste contexto, a Eletronuclear, seguindo recomendações de sua Holding Eletrobras, e em linha com as medidas estabelecidas pelo governo federal, está adotando medidas administrativas e econômico-financeiras, buscando preservação do seu fluxo de caixa para sua sustentabilidade empresarial, está usufruindo os benefícios oferecidos no âmbito do governo federal, entre outras medidas para contenções de gastos:

- Redução de alíquotas do Sistema S (SESI/SENAI)

Por meio da Medida Provisória nº 932, de 31.03.2020, foram reduzidas em 50% as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos, beneficiando a ELETRONUCLEAR em suas contribuições efetuadas para o Serviço Social da Indústria – Sesi e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, para os meses de abril a junho de 2020, representando economias estimadas na ordem de R\$ 1,1 milhão;

- Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Por meio da Portaria nº 139 do Ministério da Economia, de 03.04.2020, foram prorrogados os prazos para o recolhimento das contribuições previdenciárias patronais, relativas as competências de março e abril de 2020, para serem recolhidas

juntamente com as competências referente a julho e setembro de 2020, postergando pagamentos estimados na ordem de R\$ 12,8 milhões;

- Contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Por meio da Portaria nº 139 do Ministério da Economia, de 03.04.2020, foram prorrogados os prazos para o recolhimento das contribuições para o PASEP e COFINS, relativas as competências de março e abril de 2020, para serem recolhidas juntamente com as competências referente a julho e setembro de 2020, postergando pagamentos estimados da ordem de R\$ 50 milhões;

- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Por meio da Medida Provisória nº 927, de 22.03.2020, foi autorizado o diferimento do pagamento das competências referentes a abril, maio e junho de 2020 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em 6 (seis) parcelas, com início em 7 (sete) de julho de 2020, postergando desembolsos estimados em R\$ 7,8 milhões, aproximadamente;

- Fundo de Descomissionamento

Suspensão temporária do pagamento das parcelas mensais do Fundo de Descomissionamento, referentes aos meses de abril, maio e junho, com pagamento futuro ainda no exercício de 2020, representando recursos diferidos de aproximadamente R\$ 45 milhões. A Companhia notificou a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, por meio da Carta P-069/20 de 17 de abril de 2020, sobre esta situação.

- Análise de recuperabilidade de ativos de longo prazo – Impairment

Conforme o disposto no CPC-01 – Redução de valor recuperável, é necessário verificar a recuperabilidade dos ativos quando mudanças significativas ocorreram durante o período (ou ocorrerão em futuro próximo) no mercado ou no ambiente econômico em que a entidade opera e essas mudanças terão um efeito adverso sobre a entidade, ou quando o valor contábil do patrimônio líquido da entidade for superior à sua capitalização de mercado.

No panorama atual devido à pandemia, de fato observa-se mudança significativa no ambiente econômico do País, porém, até o momento, vislumbra-se pouco impacto nas projeções de receita e operacionais da companhia.

Desta forma, no momento não se vislumbra necessidade de atualização do teste de impairment realizado com as informações financeiras do quarto trimestre de 2019. Entretanto, a Companhia sensibilizou os testes de seus ativos relevantes, em especial

Angra 3, que já possui provisão de recuperabilidade registrada e não foi encontrada necessidade de incremento de provisão em relação às provisões ora registradas.

- Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

A emergência de saúde pública de caráter internacional causada pela COVID-19 terá sérios impactos na economia mundial assim como na economia brasileira. Ademais, vem sendo esperada uma queda de faturamento dos agentes do setor elétrico decorrente da retração da atividade econômica, principalmente dos segmentos comercial e industrial.

Há uma preocupação em especial com as Distribuidoras de energia em caso de inadimplência dos consumidores. O mesmo se diga quanto a potencial queda de demanda de energia e sobrecontratação das Distribuidoras nos ambientes livre e regulado de comercialização.

Em virtude da possibilidade de uma crise sistêmica, a ANEEL e o MME têm procurado soluções de contorno e recentemente por meio do Decreto nº10.350 de 2020 promulgou uma série de medidas destinadas a cobrir o possível déficit de arrecadação das distribuidoras de energia elétrica, denominado “Conta-COVID”. As medidas serão via empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e servirão para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras com diversos itens de abril a dezembro de 2020. A Companhia entende que esse Decreto representa um reforço de caixa para o segmento de distribuição de energia e mitigará eventuais inadimplências futuras.

- Avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego

Em virtude do cenário econômico observado na data base de 31 de março de 2020, a Companhia sensibilizou dois dos principais componentes utilizados para a mensuração dos passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, notadamente aqueles relacionados aos benefícios de aposentadoria. Os componentes para os quais foram observadas alterações significativas foram o valor justo dos ativos e as taxas de descontos utilizadas para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego, substancialmente mensuradas pela NTN-B e não foi identificado efeitos relevantes.

A Companhia irá manter o acompanhamento de seus saldos atuariais e realizará ajustes no passivo atuarial quando se apresentarem relevantes.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2020 foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28 de maio de 2020.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1. das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas no jornal Valor Econômico, no dia 20 de abril de 2020 e no website da Companhia. Não houve alteração significativa em relação a essas premissas e estimativas ao longo do período findo em 31 de março de 2019

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da

transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			31/03/2020	31/12/2019	1º tri 2020	1º tri 2019
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	5,1987	4,0307	4,4657	3,7684
EUR	Euro	União Europeia	5,7264	4,5305	4,9225	4,2802

- Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas no jornal Valor Econômico, no dia 20 de abril de 2020 e no website da Companhia.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis por categoria dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras intermediárias estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	31/03/2020	31/12/2019
		Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros mensurados pelo Custo Amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	8.363	8.706
Clientes	Custo Amortizado	402.407	400.984
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	73.073	72.312
Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo por meio do Resultado	1.718.096	1.325.879
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	Custo Amortizado	985.387	843.466
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	8.682.909	8.749.228
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	Custo Amortizado	798.716	700.000

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia - CA tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna, a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco operacional

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como: as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FORNECEDOR - 31 de Março de 2020						
MOEDA	MOEDA ESTRANGEIRA	SALDO R\$ MIL	SALDO REAL EM 31/03/2020	CENÁRIO I (PROVÁVEL)	CENÁRIO II (+25%)	CENÁRIO III (+50%)
				PERDA ESTIMADA	PERDA ESTIMADA	PERDA ESTIMADA
Euro	(57.074)	(91.636)	(326.829)	(776)	(82.677)	(164.579)
Dólar Americano	(4.530)	(4.472)	(23.550)	(6)	(5.895)	(11.784)
TOTAL		(96.108)	(350.379)	(782)	(88.572)	(176.362)

PREMISSAS ADOTADAS			
MOEDA	CENÁRIO I	CENÁRIO II (+25%)	CENÁRIO III (+50%)
	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio
Euro	5,74	7,18	8,61
Dólar Americano	5,2	6,50	7,80

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que o maior montante dos empréstimos e financiamentos contratados estão indexados à Unidade de Referência Fiscal - UFIR e Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato; enquanto os demais contratos, firmados com a Eletrobras, estão indexados à taxa *DI-Over*. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é fixada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN trimestralmente, foi reduzida para 5,09% para o primeiro trimestre de 2020. O impacto para a ELETRONUCLEAR proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 11,6% do montante dos empréstimos e financiamentos contratados pela ELETRONUCLEAR estão indexados à taxa *DI-Over* acumulada dos últimos 12 meses, divulgada pela Brasil Bolsa Balcão – B3, que registrou redução durante o primeiro trimestre de 2020 (5,60% a.a.) quando comparado com ao último trimestre de 2019 (6,11% a.a.), refletindo a redução dos juros básicos da economia brasileira (Taxa Selic), que saiu de 4,40% a.a. para 3,65% a.a., conforme as decisões do Comitê de Política Monetária - COPOM, do Banco Central, que reduziu a meta da Taxa Selic (4,50% para 3,75%) nas reuniões realizadas em fevereiro e março de 2020. As taxas utilizadas nos contratos de financiamento junto à Eletrobras compreendem a taxa acumulada dos últimos 12 meses e não a taxa *Di-Over* pura do mês. Dessa forma, mesmo tendo ocorrido redução na taxa *DI-Over* no trimestre findo em março de 2020, a taxa utilizada pela Eletrobras não reflete esta alteração imediatamente, sendo esta queda suavizada ao longo do tempo. Além disso, a taxa utilizada no cálculo dos juros do mês é defasada em 1 mês. Os prazos de vencimento dos contratos indexados à esta taxa são mais curtos que os demais contratos de financiamento da Companhia. Além disso, apenas 0,2% da dívida total contratada está indexada à SELIC. Outra fração de aproximadamente 3,5% do total da dívida da ELETRONUCLEAR está indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS							
FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/03/2020		31/12/2019	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:							
ELETOBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	R\$	UFIR	5,00%	224.680	52.807	233.220	56.839
ELETOBRAS - PSPE - ECF 3278	R\$	Taxa DI-Over	6,49%	39.157	10.027	39.157	10.118
ELETOBRAS - PSPE - ECR 286	R\$	Taxa DI-Over	6,49%	124.738	27.553	124.739	24.884
ELETOBRAS - INB - ECF 3284	R\$	Taxa DI-Over	10,94%	104.157	42.939	104.157	41.656
ELETOBRAS - PAE - ECF 3347	R\$	IPCA	7,83%	31.535	1.313	31.535	657
ELETOBRAS - Capital de Giro - ECF 3367	R\$	Taxa DI-Over	7,19%	120.000	6.766	120.000	4.752
ELETOBRAS - Capital de Giro - ECF 3370	R\$	Taxa DI-Over	7,19%	50.000	2.819	50.000	1.980
ELETOBRAS - Capital de Giro - ECF 3374	R\$	Taxa DI-Over	7,19%	167.142	9.424	167.142	6.619
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	R\$	IPCA	7,85%	271.164	122.957	266.852	126.379
ANGRA 3:							
ELETOBRAS - RGR - ECF 2878	R\$	UFIR	5,00%	529.872	261.073	537.300	268.426
ELETOBRAS - ECR 286	R\$	Taxa DI-Over	6,49%	246.456	54.449	246.456	49.176
ELETOBRAS - ECF 3341	R\$	Taxa DI-Over	10,94%	152.195	62.742	152.195	60.869
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R\$	TJLP	7,03%	3.423.087	2.110.083	3.452.901	2.394.000
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito C	R\$	SELIC	6,67%	6.685	130	7.858	171
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito D	R\$	SELIC	6,79%	9.970	315	11.053	365
CEF - Nº 0410.351-27/13	R\$	Sem indexador	6,50%	3.182.071	2.249.579	3.204.663	2.301.299
TOTAL				8.682.909	5.014.976	8.749.228	5.348.190

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito na nota 1, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013, comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que, apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR.

Os títulos e valores mobiliários de curto prazo são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários.

Os títulos e valores mobiliários de longo prazo (fundo de descomissionamento) são mantidos no Banco do Brasil, através de um fundo de investimento Extramercado de longo prazo, sendo composto principalmente por títulos públicos.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Não houve registro de inadimplência por parte das distribuidoras em 31 de março de 2020.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/03/2020	SALDO EM 31/12/2019
Caixa e equivalentes de Caixa	8.363	8.706
Clientes - Venda de Energia	402.407	400.984
Titulos e Valores Mobiliários	1.718.096	1.325.879
TOTAL	2.128.866	1.735.569

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA EM 31/03/2020		
	COMPOSIÇÃO	SALDO
1	Banco	8.363
	TOTAL	8.363

CLIENTES 1º TRIMESTRE DE 2020					
	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	PARCELA VARIÁVEL	TOTAL	ATRASO EM DIAS
1	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	7.194	-	7.194	0
2	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S. A.	11.854	-	11.854	0
3	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	11.420	-	11.420	0
4	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	1.196	-	1.196	0
5	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.918	-	3.918	0
6	CEB DISTRIBUIÇÃO S. A.	7.247	-	7.247	0
7	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	9.335	-	9.335	0
8	CELESC DISTRIBUIÇÃO S. A.	20.526	-	20.526	0
9	CELG DISTRIBUIÇÃO S. A.	13.597	-	13.597	0
10	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	8.939	-	8.939	0
11	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	12.777	-	12.777	0
12	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	6.482	-	6.482	0
13	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S. A.	31.777	-	31.777	0
14	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.487	-	3.487	0
15	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	138	-	138	0
16	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	380	-	380	0
17	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	18.707	-	18.707	0
18	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	11.572	-	11.572	0
19	COPEL DISTRIBUIÇÃO S. A.	28.197	-	28.197	0
20	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	5.404	-	5.404	0
21	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL JAGUARI)	582	-	582	0
22	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL LESTE PAULISTA)	358	-	358	0
23	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL MOCOCA)	275	-	275	0
24	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	26.742	-	26.742	0
25	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	11.214	-	11.214	0
26	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	1.175	-	1.175	0
27	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	486	-	486	0
28	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	151	-	151	0
29	DME DISTRIBUIÇÃO S. A.	501	-	501	0
30	ELEKTRO REDES S. A.	15.424	-	15.424	0
31	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S. A. - ELETROCAR	201	-	201	0
32	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S. A.	45.230	-	45.230	0
33	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S. A.	520	-	520	0
34	ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	998	-	998	0
35	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	812	-	812	0
36	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA BR)	927	-	927	0
37	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	1.413	-	1.413	0
38	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S. A.	5.082	-	5.082	0
39	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	7.650	-	7.650	0
40	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA NA)	727	-	727	0
41	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	4.381	-	4.381	0
42	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.523	-	3.523	0
43	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A.	3.064	-	3.064	0
44	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA SS)	1.432	-	1.432	0
45	ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	2.206	-	2.206	0
46	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A. (ENERGISA VP)	1.117	-	1.117	0
47	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S. A.	7.507	-	7.507	0
48	FORÇA E LUZ CORONEL VIDMA LTDA.	61	-	61	0
49	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	239	-	239	0
50	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S. A.	25.157	-	25.157	0
51	MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA.	71	-	71	0
52	NOVA PALMA ENERGIA LTDA.	89	-	89	0
53	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RGE DIST)	9.238	-	9.238	0
54	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. (RGE SUL)	9.707	-	9.707	0
	TOTAL	402.407	-	402.407	0

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Os planos da administração da Companhia estão descritos na nota 4.1 d, que inclui dentre outras, a necessidade de suporte financeiro de terceiros.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,62 em 31 de março de 2020 (0,65 em 31 de dezembro de 2019) e

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,28 em 31 de março de 2020 (0,24 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, cuja entrada em operação, aprovada internamente até a data base de 31 de dezembro de 2019, tem como cronograma o início de geração de receita a partir de 30 de novembro de 2026 (nota 14 g).

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2019 (i)				
- Empréstimos	1.350.745	956.166	2.826.430	8.939.570
- Fornecedores (iii)	843.466	-	-	-
- Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	700.000	-	-
TOTAL	2.194.211	1.656.166	2.826.430	8.939.570
Em 31 de março de 2020 (i)				
- Empréstimos	936.469	1.084.592	2.805.715	8.848.632
- Fornecedores (iii)	985.387	-	-	-
- Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	798.716	-	-
TOTAL	1.921.856	1.883.308	2.805.715	8.848.632

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das Usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado, nos últimos anos, um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica; contratos esses regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através do modelo do Procedimento de Regulação Tarifária -PRORET: Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões quinquenais. A receita fixa de 2020 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.661 de 17 de dezembro de 2019 - DOU 23 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 3.726.446.

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias das Usinas Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil única e exclusivamente pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, empresa estatal de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das Usinas Angra 1 e 2.

Em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia foi notificada pela INB, por meio da correspondência CE PR-021/20, sobre o risco de interrupção do fornecimento de elementos combustíveis, em face das suas graves dificuldades orçamentárias, e que, em última análise, poderia vir a comprometer a entrega contratada pela ELETRONUCLEAR para a próxima recarga programada para 2021 (17ª recarga de Angra 2).

Considerando os riscos de descontinuidade de operação das Usinas Angra 1 e 2, e também do compromisso e da importância que o suprimento de energia elétrica da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA tem no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, a administração da ELETRONUCLEAR tem submetido esses riscos aos diversos órgãos a quem está subordinada, no intuito de serem superadas estas ameaças de desabastecimento.

Atualmente, as Indústrias Nucleares do Brasil – INB, por questões legais, é considerada uma estatal dependente para fins de elaboração do orçamento da União. Nesse sentido, a INB tem apontado que os valores aprovados em seu orçamento fiscal, ao qual tem sido submetida, têm implicado a mesma em riscos a manutenção de sua adimplência contratual para com a ELETRONUCLEAR, o que implica em dizer, em última análise, e embora de probabilidade reduzida, numa eventual possibilidade de não fornecimento de nossos insumos ao processo de geração de energia elétrica, que seriam os elementos combustíveis por ela fabricados.

Como forma de superar estes entraves, a ELETRONUCLEAR e INB estão em fase de negociação de um novo contrato de fornecimento de elementos combustíveis, o qual abrangeria 5 (cinco) recargas para cada uma das Usinas atualmente em operação (Angra 1 e Angra 2) a partir de 2021, onde as dificuldades orçamentárias estão sendo discutidas conjuntamente as respectivas alçadas de governança competentes, estando nelas incluídas o Ministério de Minas e Energia – MME e o Ministério da Economia – ME, com o intuito de viabilizar a promoção de um significativo reajuste de preço de fornecimento dos elementos combustíveis, a fim de que a INB passe a reunir condições fiscais sustentáveis para a sua eliminação da condição orçamentária de uma “estatal dependente”, o que garantiria a segurança de suas operações e por consequência no cumprimento de seu contrato para com a ELETRONUCLEAR, eliminando, assim, o risco de a INB não produzir as recargas contratadas pela ELETRONUCLEAR por restrições orçamentárias.

A Eletrobras, controladora da ELETRONUCLEAR, conjuntamente ao Ministério de Minas e Energia – MME têm realizado gestões junto ao Ministério da Economia no intuito de superar as dificuldades orçamentárias ora vivenciadas pela INB.

Assim considerando, exceto pelos fatos acima narrados, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma outra expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

Quanto à Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob a égide da Portaria MME Nº 980, de 23 de dezembro de 2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa contratual regulada, a qual foi revisada pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE: Resolução Nº 14, de 09 de outubro de 2018 – DOU de 23 de outubro de 2018.

A mencionada resolução aprovou o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução nº 7, de 05 de junho de 2018, recomendando adotar como preço de referência para a energia proveniente da usina a tarifa de R\$ 480,00/MWh, a valores de julho de 2018, tendo como objetivo estabelecer condições para a viabilização do empreendimento.

Portanto, a modalidade de comercialização de Energia de Reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Companhia ressalva que diante da dificuldade da ELETRONUCLEAR em alocar recursos próprios em montantes suficientes para suportar as atividades de Angra 3, agravadas pela elevação da exigência de contrapartidas pelo BNDES, uma das instituições financeiras financiadora do empreendimento, que alterou de 20% para 40% o percentual de participação financeira com recursos próprios, aplicáveis aos itens considerados financiáveis, levaram a Companhia a decidir, no terceiro trimestre de 2015, pela suspensão da maior parte de seus contratos com fabricantes nacionais e a reduzir sensivelmente os dispêndios associados aos contratos de serviços, de maneira a melhor compatibilizar a relação dos desembolsos ao fluxo de caixa existente e a conter a escalada de pagamentos em aberto. As suspensões foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira amparada pelo inciso XIV, do artigo 78, da Lei 8.666/93 que, resumidamente, prevê a suspensão contratual, de forma unilateral, sem ônus para a Administração e a segunda, finalizada em junho de 2016, em termos consensuais, sendo assegurado o ressarcimento dos custos incorridos, pela suspensão, às empresas contratadas.

Considerando que o obstáculo maior para viabilização do projeto foi solucionado com a revisão tarifária realizada, mencionada anteriormente, a administração da Companhia vem avançando em gestões para que novas extensões de suspensões consensuais sejam viabilizadas, de forma a ser garantida a continuidade dos contratos então vigentes.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3 e as implicações da sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da ELETRONUCLEAR vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, a ELETRONUCLEAR vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3. Foram elas:

- (i) Deloitte Consultores - Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC n. 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão ("Cost to Complete"), foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU, bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas envolvidas na construção da obra. Foi desenvolvido um modelo econômico-financeiro para o cancelamento do projeto, contemplando as projeções financeiras na data base de 30 de junho de 2016. O custo total estimado de cancelamento da Usina Termonuclear -UTN Angra 3 considerou o custo de desmobilização das obras já existentes, a multa rescisória do contrato de comercialização e o custo financeiro de liquidação dos empréstimos vigentes;
- (ii) Alvarez & Marsal - Tomando como base os relatórios da Deloitte, foi contratada uma consultoria especializada na estruturação de empresas, com conhecimento na avaliação da construção e operação de usinas nucleares, a Alvarez & Marsal, para realizar os estudos econômico-financeiros necessários para viabilizar uma parceria que atenda questões operacionais e financeiras de acordo com a visão societária definida pela Companhia e assessorá-la no processo de retomada do empreendimento, incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operacional com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio.
- (iii) Veirano Advogados - Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez &

Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado o Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

A conclusão das obras da Usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o montante de investimentos ainda a realizar, da ordem de R\$ 15 bilhões (não revisado pelo auditor independente).

Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017 expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo fortemente o caixa da Companhia.

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor, originalmente, definido para a tarifa de Angra 3, de R\$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018, aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho - GT liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Eletrobras, da ELETRONUCLEAR e do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018.

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido Grupo de Trabalho. Tal resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R\$ 480,00/MWh (base julho/2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e sociedade de propósito específico - SPE), e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Essa revisão tarifária foi fundamental, pois, além de dar condições para a renegociação

da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros.

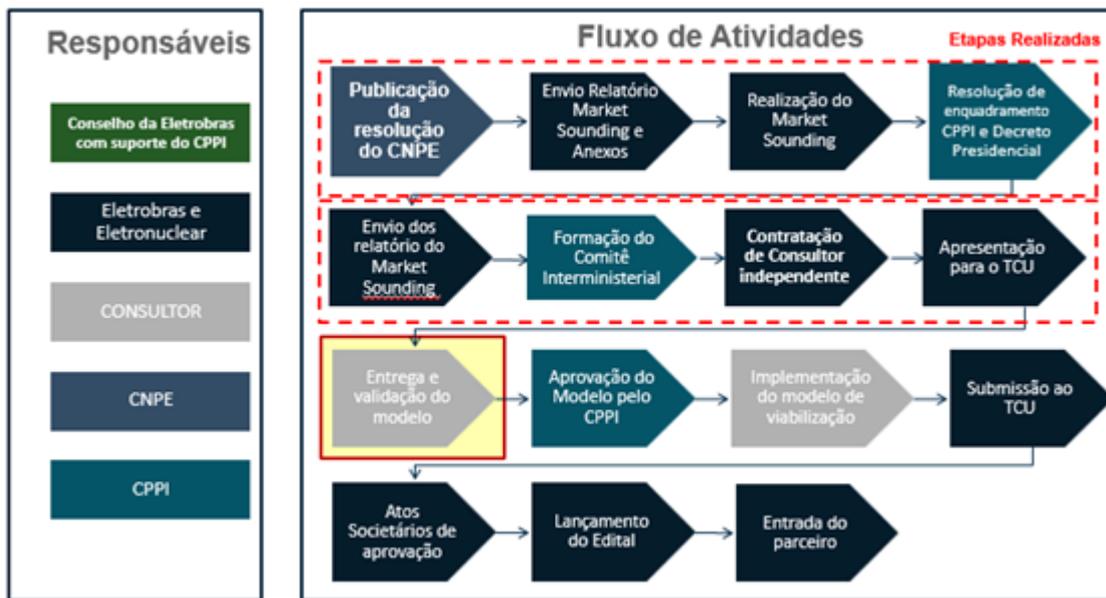
Desde outubro de 2018, vem ocorrendo reuniões entre a Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos- SPPI e a ELETRONUCLEAR, que tomou conhecimento de todo material referente à conclusão de Angra 3 produzido pelas consultorias contratadas pela Companhia, entre outros.

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a ELETRONUCLEAR realizou, em maio e junho de 2019, o processo de *Market Sounding* junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada (PWR), com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: Électricité de France - EDF e Framatome (ambas da França), RosatomStateAtomic Energy Corporation (Rússia), China Nacional Nuclear Corporation - CNNC e State Nuclear Power Technology SNPTC (ambas chinesas), Korea Electric Power Corporation - KEPCO (Coréia) e Westinghouse (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram Memorandos de Entendimento com a ELETRONUCLEAR para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos (PPI). O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do Artigo 2º do aludido decreto presidencial, prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes, para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ELETRONUCLEAR anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

Desde então o BNDES tem se reunido periodicamente com a ELETRONUCLEAR, Eletrobras, MME e outras instâncias. A minuta do relatório com os resultados da fase 1, com a indicação do modelo, foi entregue em janeiro de 2020. Depois de validado pela ELETRONUCLEAR e Eletrobras, o relatório será encaminhado para o Comitê Interministerial e o CPPI para aprovação do modelo mais adequado e, em seguida, a ELETRONUCLEAR e Eletrobras darão prosseguimento ao processo competitivo para seleção do parceiro para conclusão de Angra 3, via BNDES, conforme exibido no fluxo de atividades a seguir:



A retomada de alguns contratos de fornecimento de Angra 3 é outro ponto crucial para o cumprimento do cronograma de conclusão da usina, por isso, em outubro de 2018, foi assinado um novo contrato com o escritório Veirano Advogados, de prestação de serviços de assistência jurídica no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3, bem como a análise de acordos internacionais com países de potenciais parceiros, entre outras análises que suportarão a seleção do parceiro.

Em paralelo, no segundo semestre de 2019, foi iniciado um estudo visando o planejamento de atividades para atendimento e viabilização da linha crítica do projeto, de forma a garantir o início de operação comercial em 2026, conforme cronograma vigente do empreendimento. Para tal, a ELETRONUCLEAR vem buscando recursos extraordinários junto à Eletrobras, entre 2020 e 2024, que permitirão que algumas contratações fossem realizadas para atender às atividades prioritárias do cronograma do Projeto, minimizando os impactos na data de início de operação comercial de Angra 3.

Em que pesem as necessidades para a viabilidade de conclusão do empreendimento “Angra 3” estejam endereçadas no mais alto nível da administração governamental, por meio de esforços conjuntos do poder executivo e coordenados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Companhia tem, juntamente a sua holding (Eletrobras), buscado

alternativas para mitigar os riscos de liquidez de curto prazo, sendo estas alternativas alcançadas por meio de alívios no seu fluxo de caixa, sob a forma de manutenção de suspensões de pagamentos de amortizações em contratos de financiamentos junto à própria Eletrobras, bem como também na possibilidade de obtenção de novos aportes de sua holding, conforme observado na nota 25.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	8.682.909	8.749.228
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(8.363)	(8.706)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(79.336)	(103.486)
Dívida líquida	8.595.210	8.637.036
Total do patrimônio líquido	2.230.555	2.002.085
Capital total	10.825.765	10.639.121
Índice de alavancagem financeira - %	0,79	0,81

4.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de março de 2020, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	103.486	103.486	-	-	103.486
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	1.222.393	1.222.393	-	-	1.222.393
TOTAL de ativos em 31/12/2019	1.325.879	1.325.879	-	-	1.325.879
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	79.336	79.336	-	-	79.336
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	1.638.760	1.638.760	-	-	1.638.760
TOTAL de ativos em 31/03/2020	1.718.096	1.718.096	-	-	1.718.096

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal - CEF, do Banco do Brasil S.A - BB. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela CEF, que são mantidos no BB e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	8.363	8.706
SALDO	8.363	8.706

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Investimento em renda fixa:		
BB Extramercado FAE 2	79.336	103.486
TOTAL	79.336	103.486

Rentabilidade no ano de 2020: 6,82% e 6,82% nos últimos 12 meses

Rentabilidade no ano de 2019: 6,85% e 6,85% nos últimos 12 meses

Em 2020, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R\$ 250.000, rendimento bruto de R\$ 927 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante de R\$ 275.077.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/03/2020	Ativo Circulante 31/12/2019
Energia contratada	310.537	284.112
Desvio positivo 2018	-	6.628
Desvio positivo 2019 - CP	91.870	101.057
Desvio positivo 2019 - LP	-	9.187
TOTAL	402.407	400.984

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 31 de março de 2020, não há histórico de inadimplência, razão pela qual não foi constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.
- b) Em 31 de março de 2020, o saldo a receber das distribuidoras participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, referente ao desvio positivo apurado no exercício de 2019, foi de R\$ 91.870.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/03/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras	-	70
PASEP e COFINS	188	187
Saldo de antecipações de IRPJ	39.297	6.192
Saldo de antecipações de CSLL	14.256	2.158
IRPJ de exercícios anteriores	9.680	3.468
CSLL de exercícios anteriores	3.469	1.331
Créditos fiscais PASEP e COFINS	1.445	1.443
PASEP e COFINS Compensáveis Recolhidos a maior	19.165	19.165
Outros	18	18
TOTAL	87.518	34.032

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas Usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Concentrado de urânio	209.653	204.116
Elementos prontos	3.942.008	3.717.017
Serviços em curso	424.061	384.623
Consumo Acumulado	(3.028.078)	(2.926.379)
TOTAL	1.547.644	1.379.377
Ativo circulante	553.097	538.827
Ativo não circulante	994.547	840.550
TOTAL	1.547.644	1.379.377

A movimentação do estoque de combustível nuclear está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÃO	BAIXA	SALDO EM 31/03/2020
Ativo circulante	538.827	14.270	-	553.097
Ativo não circulante	3.178.190	210.721	-	3.388.911
TOTAL BRUTO	3.717.017	224.991	-	3.942.008
Consumo acumulado	(2.926.379)	-	(101.699)	(3.028.078)
VALOR LÍQUIDO	790.638	224.991	(101.699)	913.930

MOVIMENTAÇÃO DO CONCENTRADO E SERVIÇOS EM CURSO				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2019	adição	TRANSFERÊNCIA P/ ELEMENTO PRONTO	SALDO EM 31/03/2020
Concentrado de urânio	204.116	75.948	(70.411)	209.653
Serviços em curso	384.623	194.018	(154.580)	424.061
TOTAL	588.739	269.966	(224.991)	633.714

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

Em 31 de março de 2020, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo das usinas, no montante de R\$ 80.819 (R\$ 83.985 em 31 de dezembro de 2019) no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R\$ 18.239 (R\$ 18.248 em 31 de dezembro de 2019), totalizando R\$ 99.058 (R\$ 102.233 em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros	12.582	17.973	-	-
Partes relacionadas (a)	29.105	28.915	1.289	1.289
Adiantamentos a fornecedores	3.251	3.195	-	-
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	(3.323)	(3.323)	-	-
Devedores diversos	55.578	35.885	-	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(23.058)	(22.956)	-	-
TOTAL	78.276	63.830	1.289	1.289

a) Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na nota 34.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão, na ELETRONUCLEAR, dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das Usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela Aneel, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2020, o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 173.109.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Conta Corrente	-	46
Dólar Comercial Futuro	3.451	(6.869)
LTN	58.516	4.282
NTNF	145.683	149.451
Títulos Públicos	1.270.770	993.830
Operações Compromissadas	160.385	81.678
Outros	(45)	(25)
TOTAL	1.638.760	1.222.393

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em 31 de março de 2020, o fundo para descomissionamento, Títulos de Valores Mobiliários -TVM de longo prazo, apresenta ganho financeiro de R\$ 370.614 (nota 31), (ganho financeiro de R\$ 24.758 em 31 de março de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano. Em 2020, foram aplicados R\$ 45.764 no fundo para descomissionamento (R\$ 43.277 referentes aos recolhimentos mensais, R\$ 2.477 referentes aos recolhimentos adicionais e foram retidos R\$ 22 a título de IRRF sobre os rendimentos do Exercício de 2020.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	102.365	102.365
Quotas de 2008 a 2020	607.744	564.467
Total de quotas recolhidas	710.109	666.832
Planos de Recolhimentos Adicionais	48.692	46.215
Ganhos líquidos auferidos acumulados	879.959	509.346
Patrimônio líquido do fundo	1.638.760	1.222.393
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	1.638.760	1.222.393

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
COMPOSIÇÃO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	36.723	36.701
Contingências cíveis	1.093	1.093
Contingências tributárias	8.065	8.065
	45.881	45.859
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	27.192	26.453
TOTAL	73.073	72.312

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2019	31/03/2020		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	45.859	(195)	218	45.882
Atualização monetária s/depósitos judiciais	26.453	(35)	773	27.191
TOTAL	72.312	(230)	991	73.073

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.140.588 em 31 de março de 2020 (R\$ 1.272.791 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.323.691 em 31 de março de 2020 (R\$ 1.455.886 em 31 de dezembro de 2019).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Conforme descrito na nota 18, a constituição do ativo fiscal diferido está

limitada ao montante do passivo fiscal diferido de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

A composição dos impostos diferidos passivos, encontra-se detalhada na nota 18.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

Os imobilizados em serviço são depreciados a taxa anual de 3,26%.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	31/03/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Direito de Uso - IFRS16		77.923	(29.398)	48.525	54.596
Terrenos		34.380	-	34.380	34.380
Reservatórios e Barragens		5.716	(4.184)	1.532	1.568
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.554.607	(988.261)	566.346	576.719
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		9.146.898	(4.917.778)	4.229.120	4.356.245
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		129.942	(90.454)	39.488	40.519
Veículos		13.520	(11.478)	2.042	2.233
Móveis e Utensílios		21.468	(14.133)	7.335	7.448
Angras 1 e 2	3,26	10.984.454	(6.055.686)	4.928.768	5.073.708
EM CURSO					
Terrenos		-	-	-	-
Reservatórios e Barragens		24.315	-	24.315	24.172
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		150.601	-	150.601	148.052
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		173.667	-	173.667	168.195
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		2.792	-	2.792	660
Veículos		13.531	-	13.531	12.530
Móveis e Utensílios		1.765	-	1.765	1.742
A Ratear		89.879	-	89.879	85.434
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		27.350	-	27.350	27.350
Angras 1 e 2		486.902	-	486.902	471.137
Terrenos		56.433	-	56.433	56.433
Reservatórios e Barragens		292.851	-	292.851	280.965
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.985.517	-	1.985.517	1.981.781
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		2.218.933	-	2.218.933	2.199.769
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		-	-	-	319
Veículos		237	-	237	246
Móveis e Utensílios		526	-	526	529
A Ratear		6.142.502	-	6.142.502	6.147.561
Transf/fab e rep/mat em processo		2.860	-	2.860	2.860
Compras em andamento		-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		870.650	-	870.650	870.650
Angra 3 sem Impairment		11.570.509	-	11.570.509	11.541.113
Impairment Angra 3		(4.508.764)	-	(4.508.764)	(4.508.764)
TOTAL Angra 3		7.061.745	-	7.061.745	7.032.349
Angras 1, 2 e 3		7.548.647	-	7.548.647	7.503.486
TOTAL BRUTO		18.533.101	(6.055.686)	12.477.415	12.577.194
Obrigações especiais	3,26	-	-	-	-
VALOR LÍQUIDO		18.533.101	(6.055.686)	12.477.415	12.577.194

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2020 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS	DEPRECIACÃO / AMORTIZACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/03/2020
Em curso Angra 1 e 2	471.137	17.702	-	-	(771)	(1.166)	486.902
Em curso Angra 3	11.541.113	28.217	-	-	(4)	1.183	11.570.509
Impairment Angra 3	(4.508.764)	-	-	-	-	-	(4.508.764)
Em serviço: custo	10.905.808	-	-	-	771	(48)	10.906.531
Em serviço: IFRS 16	77.923	-	-	-	-	-	77.923
Depreciação:	(5.886.696)	(139.611)	-	19	-	-	(6.026.288)
Depreciação: IFRS 16	(23.327)	(6.071)	-	-	-	-	(29.398)
Total em serviço	5.073.708	(145.682)	-	19	771	(48)	4.928.768
TOTAL BRUTO	12.577.194	(99.763)	-	19	(4)	(31)	12.477.415
Obrigações especiais	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Depreciação	23	-	-	-	-	-	23
TOTAL	12.577.194	(99.763)	-	19	(4)	(31)	12.477.415

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2019 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÃO/ DEPRECIACÃO	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	RECLASSIFICACÃO	BAIXAS / OUTROS *	SALDO EM 31/12/2019
Em curso Angra 1 e 2	729.635	155.700	92	(411.433)	(14.860)	12.003	471.137
Em curso Angra 3	10.904.484	634.261	194	(31)	14.123	(11.918)	11.541.113
Impairment Angra 3	(4.046.642)	(462.122)	-	-	-	-	(4.508.764)
Em serviço: custo	10.168.649	-	-	381.517	-	355.642	10.905.808
Em serviço: IFRS 16	-	77.923	-	-	-	-	77.923
Depreciação	(5.349.629)	(536.818)	(244)	-	-	(5)	(5.886.696)
Depreciação IFRS 16	-	(23.327)	-	-	-	-	(23.327)
Total em serviço	4.819.020	(536.818)	(244)	381.517	-	355.637	5.073.708
TOTAL	12.406.497	(131.056)	42	(29.947)	(737)	355.722	12.577.194

* O montante de R\$ 355.642 está composto por : R\$ 355.712 (ajuste na taxa de desconto do desmobilização de ativo) - R\$ 70 (outros ajustes)

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e, são baseadas, tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;

c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (após os impostos) para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 4,36%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2019 de 6,52% (7,03% em dezembro de 2018). Nesses cálculos foram utilizados parâmetros conforme Informação Técnica Eletrobras DFPP 001/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

c.3) Impairment

O saldo de *Impairment* referente ao empreendimento Angra 3 registrado na data base de 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.508.764. O novo resultado apresentado no presente teste de recuperabilidade do ativo altera o anterior, com base em dezembro de 2018, com seus principais efeitos, a seguir resumidos: (i) adiamento de 11 (onze) meses na entrada em operação (30 de novembro de 2026 – 2019 / ante 01 de janeiro de 2026 – 2018); (ii) atualização do orçamento de *Capital Expenditure* - Capex do projeto; (iii) alterações na distribuição plurianual do Capex do empreendimento Angra 3, com base no “Plano de Aceleração da Linha Crítica”; (iv) alteração na taxa de desconto conforme comentário do item anterior.

c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* na data base de dezembro de 2019, teve premissa a tarifa de referência no valor de R\$ 480,00/MWh estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE na Resolução CNPE Nº 14, de 09 de outubro de 2018 – DOU de 23 de outubro de 2018. Essa tarifa substituiu a tarifa original, instituída quando da assinatura do fornecimento da energia da usina em 2009, e regulamentada através da Portaria MME 980/2010, com o valor original de R\$ 148,65/MWh. O novo preço da tarifa de referência para a energia proveniente da Usina Angra 3, atualizado a preços de dezembro de 2019, e, utilizados para fins de teste de *impairment* foi de R\$ 504,58/MWh.

c.5) Sinergia

As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que existirá um ganho de custo/produzibilidade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4% conforme Nota Técnica da Superintendência Financeira – SF.A 022/2016; sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment* de dezembro de 2015 e nos testes posteriores, com ajustes inflacionários e reduções por ganhos no custo de pessoal decorrentes dos planos de desligamentos.

d) Licenciamento das Usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, emitida pela CNEN, em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN nº 124/2010 – CGRC/CNEN, de 09 de agosto de 2010 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15 de junho de 2011.

Em 12 de março de 2014, o Ibama emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014, que autorizou a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao (reduzida do) ativo correspondente.

A taxa de desconto revisada em 31 de dezembro de 2019 para ajuste a valor presente da provisão de desmobilização das Usinas Angra 1 e 2 é de 4,36% ao ano (2018 – 5,86%), estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema Eletrobras. A redução da taxa gerou um aumento da obrigação de desmobilização de ativo com contrapartida no imobilizado no montante de R\$ 355.712 em 2019.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase

totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010.

A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

O empreendimento Angra 3 sofreu alteração cronológica por eventos operacionais relacionados aos contratos de montagem eletromecânica e obras civis, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 30 de novembro de 2026 conforme aprovado pela Diretoria Executiva, nos termos da Resolução de Diretoria Executiva - RDE 1501.010/20 de 11 de fevereiro de 2020. Essa alteração cronológica está apresentada no Relatório do Departamento de Planejamento e Controle de Empreendimento - DPE.T 001/2020 de 11 de fevereiro de 2020.

Embora os relatórios técnicos da Companhia apontem para baixas evoluções físicas no empreendimento, o Projeto Angra 3 em momento algum interrompeu por completo suas atividades, especialmente aquelas desenvolvidas pelo seu principal fornecedor de materiais e serviços no exterior e efetuados pelo fabricante do Projeto (AREVA/FRAMATOME). Todavia, a partir do segundo trimestre de 2019, e, com efeitos retroativos ao primeiro trimestre de 2019, a Companhia revisitou seu procedimento sobre a manutenção do Projeto Angra 3 como um ativo qualificável para a capitalização dos custos com empréstimos e financiamentos, tendo em vista os reduzidos avanços físicos no empreendimento.

Como todo empreendimento, em que são necessárias a aplicação intensiva de capital por um longo período, a construção de uma nova unidade de geração de energia de fonte nuclear não é diferente. Um dos grandes desafios a serem ainda superados têm sido a estruturação dos recursos financeiros necessários à sua implementação.

A situação atual do empreendimento aponta altos valores a serem ainda investidos que não têm origem ou financiamento definido ou assegurado (parcelas não financiadas + capital próprio). Desse total, parcela considerável pode ser alocada por um parceiro privado em um modelo ora em estudo, correspondendo esse percentual ao escopo

remanescente transferível para o parceiro.

Os aportes de capital por parte do parceiro, conforme descrito na nota 4.1d, devem ocorrer na forma de bens e serviços (construção civil, montagem eletromecânica e fornecimentos não contratados), a serem integralizados à medida que sejam incorporados à obra.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2020- R\$ MIL						
DESCRIPTIVO	SALDO IU 31/12/2019	ADIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO O	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF P/SERVIÇO	OUTROS	SALDO 31/03/2020
Em curso	36.259	807	-	-	-	37.066
Em serviço - custo	173.600	-	-	-	-	173.600
Amortização	(111.295)	(3.797)	-	-	-	(115.092)
Total em serviço	62.305	(3.797)	-	-	-	58.508
TOTAL LÍQUIDO	98.564	(2.990)	-	-	-	95.574

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2019- R\$ MIL						
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2018	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	RECLASSIFICAÇÃO	SALDO 31/12/2019
Em curso	70.578	9.920	(44.976)	-	737	36.259
Em serviço - custo	98.949	-	74.651	-	-	173.600
Amortização	(95.982)	(15.271)	-	(42)	-	(111.295)
Total em serviço	2.967	(15.271)	74.651	(42)	-	62.305
TOTAL LÍQUIDO	73.545	(5.351)	29.675	(42)	737	98.564

NOTA 16 – FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/03/2020				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
Fornecedores	796.301	109.356	79.730	985.387
TOTAL	796.301	109.356	79.730	985.387

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2019				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
Fornecedores	758.978	34.924	49.564	843.466
TOTAL	758.978	34.924	49.564	843.466

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, a troca da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Aplicações na Usina Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a Eletrobras, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da Usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da Eletrobras, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256, destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES citado, a ELETRONUCLEAR constituiu uma Cessão Fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Angra 3.

Originalmente, o Contrato nº 10.2.2032.1 previa o início das amortizações do principal da dívida em 30 de julho de 2016. Em virtude de renegociações realizadas entre BNDES e ELETRONUCLEAR, foram realizados dois aditamentos contratuais que prorrogaram a data de início de amortização. Por conta destas renegociações, a ELETRONUCLEAR foi obrigada a pagar uma Comissão de Renegociação por cada uma destes aditamentos, no valor de 0,5% do saldo devedor. O montante em débito, acrescido de IOF foi incorporado ao saldo devedor do contrato original, na forma dos Subcréditos C e D, com prazo de pagamento de 54 parcelas, após um prazo de carência de 6 meses. O

Subcrédito C começou a ser amortizado em 15 de fevereiro de 2017, enquanto o Subcrédito D teve sua amortização iniciada em 16 de novembro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017 a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato nº 10.2.2032.1, celebrado com o BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Em 28 de junho de 2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal - CEF (contrato principal), no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

Em 06 de julho de 2018, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do Contrato nº 0410.351-27/2013 com o pagamento da primeira prestação, no valor de R\$ 24.741.

Em 29 de setembro de 2014, a Eletrobras, por meio da Deliberação nº DEL-111/2014 de seu Conselho de Administração, aprovou a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR no valor de R\$ 445.433, sob o Contrato de Repasse de Recursos nº ECR-286, sendo o montante de R\$ 295.750 utilizado para o Programa de Investimentos da Companhia, referente ao projeto de Angra 3.

Em 28 de março de 2017, a Eletrobras, por meio da Deliberação nº DEL-068/2017 de seu Conselho de Administração, aprovou a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR no valor de R\$ 160.000, sob o Contrato de Financiamento nº ECF-3341, com recursos ordinários, tendo a finalidade de suportar a necessidade de contrapartidas em contratos internacionais de aquisição de equipamentos para o empreendimento Angra 3.

Outras Aplicações

Em 28 de janeiro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-048/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-026/2019 em 22 de fevereiro de 2019, que delegou poderes à Diretoria Executiva da Eletrobras, condicionada à avaliação do fluxo de caixa da ELETRONUCLEAR, de nova linha de financiamento no valor de R\$ 164.000, em valores líquidos de IOF, nas mesmas condições do Contrato nº ECF-3370/18.

Em 29 de abril de 2019, a Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução nº RES-061/2019, aprovou a efetiva assinatura do contrato de financiamento no valor bruto de R\$ 164.000, em valores líquidos de IOF, sob o Contrato de Financiamento nº ECF-3374/19.

Em 08 de maio de 2019, houve a liberação da primeira parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R\$ 101.916, que em valores líquidos de IOF, totalizou R\$ 100.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 28 de junho de 2019, houve a liberação da segunda e última parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R\$ 65.266, que em valores líquidos de IOF, totalizou R\$ 64.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Reestruturação do Serviço da Dívida

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019 a suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30/06/2019 a 31/12/2019, mantendo todas as demais cláusulas contratuais.

Em 21 de janeiro de 2020, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-041/2020 de sua Diretoria Executiva, que havia recebido delegação de poderes do Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019, a manutenção da suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30/01/2020 a 30/06/2020, mantendo todas as demais cláusulas contratuais.

No final do mês de março o BNDES anunciou uma série de medidas de apoio emergencial para as empresas brasileiras com objetivo de reduzir os impactos econômicos e financeiros da crise gerada por conta da pandemia do novo coronavírus. Uma das medidas aprovadas pelo banco foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária (“*standstill*”) pelo prazo de até seis meses do pagamento do serviço da dívida (principal e juros remuneratórios) na modalidade direta, no qual se enquadra o Contrato de Financiamento nº 10.2.2032.1, firmado pela ELETRONUCLEAR com o BNDES. Conforme as condições estabelecidas pelo banco no comunicado realizado, os juros suspensos serão capitalizados ao saldo devedor do contrato, sem alteração da data final do contrato.

Em 26 de março de 2020, a ELETRONUCLEAR efetivou a solicitação da suspensão por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no site do BNDES. O pedido foi aprovado, conforme informado na nota 39 – Eventos Subsequentes.

Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019 foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas no montante de R\$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018, totalizava R\$ 246.142.

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado, pelo IPCA, da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, no Sistema de Amortização Constante – SAC, contados a partir da expiração dos 24 meses de carência do principal que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem juros no montante de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados *pro rata temporis*.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/03/2020					31/12/2019				
	R\$ MIL				TX. EFETIVA	R\$ MIL				
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
ANGRAS 1 e 2:										
ELETROBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	-	34.161	190.519	224.680	5,00%	-	34.161	199.059	233.220	5,00%
ELETROBRAS - PSPE* - ECR 286 / ECF 3278	-	23.226	140.669	163.895	6,49%	-	30.969	132.927	163.896	7,23%
ELETROBRAS - INB - ECF 3284	-	12.018	92.139	104.157	10,94%	-	16.024	88.133	104.157	11,55%
ELETROBRAS - PAE - ECF 3347	-	31.535	-	31.535	7,83%	-	31.535	-	31.535	7,83%
ELETROBRAS - Capital de Giro** - ECF 3367 / ECF 3370 / ECF 3374	-	303.428	33.714	337.142	7,19%	-	337.142	-	337.142	8,00%
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	-	-	271.164	271.164	7,85%	-	-	266.852	266.852	7,60%
ANGRA 3:										
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	-	29.712	500.160	529.872	5,00%	-	29.712	507.588	537.300	5,00%
ELETROBRAS - ECR 286	-	36.971	209.485	246.456	6,49%	-	49.295	197.161	246.456	7,23%
ELETROBRAS - ECF 3341	-	17.561	134.634	152.195	10,94%	-	23.415	128.780	152.195	11,55%
BNDDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	9.383	122.815	3.290.889	3.423.087	7,03%	10.109	114.435	3.328.357	3.452.901	7,28%
BNDDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito C	9	5.001	1.675	6.685	6,67%	8	4.957	2.892	7.857	7,32%
BNDDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito D	12	4.774	5.184	9.970	6,79%	12	4.732	6.309	11.053	7,44%
CEF - Nº 0410.351-27/13	14.302	93.695	3.074.074	3.182.071	6,50%	14.401	92.188	3.098.075	3.204.664	6,50%
TOTAL GERAL	23.706	714.897	7.944.306	8.682.909		24.530	768.565	7.956.133	8.749.228	

* É composto pelo empréstimos realizados em 2014 - R\$ 124.738 e em 2015 - R\$ 39.157, totalizando R\$ 163.895

** É composto pelos empréstimos realizado em 2018 (R\$ 120.000 e R\$ 50.000) e 2019 (R\$ 167.142), totalizando R\$ 337.142

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	793.095	7.956.133	8.749.228
Ingressos	-	-	-
Encargos - resultado	147.535	-	147.535
Variação Monetária - resultado	99	4.393	4.492
Transferência para o não circulante	16.220	(16.220)	-
Pagamentos de encargos	(148.359)	-	(148.359)
Pagamentos de principal	(69.987)	-	(69.987)
Saldo em 31 de março de 2020	738.603	7.944.306	8.682.909

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
2019	-	-
2020	533.686	793.095
2021	559.045	417.898
2022	461.498	455.186
2023	476.090	470.241
Após 2023	6.652.590	6.612.808
TOTAL	8.682.909	8.749.228

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
I.R.P.J. Parcelamento	1.273	1.273	213	212
IR - Encargos Dívida	342	475	-	-
IRRF - Folha de pagamento	4.504	4.504	-	-
ISS sobre importação e outros	3.950	3.229	-	-
ICMS	1.579	803	-	-
COSIRF	26.197	21.148	-	-
INSS	3.594	2.605	-	-
IPTU Acordo Angra	4.384	4.384	-	1.096
PASEP e COFINS	35.605	11.471	-	-
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347	-	-
FGTS	2.599	5.572	-	-
CIDE s/serviços no exterior	16.434	23.571	-	-
Taxas de importação e outros	(51)	(30)	-	-
Recolhimento Impostos e Taxas	2	2	-	-
TOTAL	103.759	82.354	213	1.308

A Companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em março de 2020, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 1.892.569 (R\$ 1.874.030 em 2019), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/03/2020				31/12/2019			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
AVP - obrigação p/ desmobilização	85.930	7.734	21.483	29.216	119.497	10.755	29.874	40.629
Provisão para PLR dos empregados	(24.297)	(2.187)	(6.074)	(8.261)	(24.297)	(2.187)	(6.074)	(8.261)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	124.011	11.161	31.003	42.164	126.855	11.417	31.714	43.131
Imobilizado da desmobilização-Custo	(320.152)	(28.814)	(80.038)	(108.852)	(293.633)	(26.427)	(73.408)	(99.835)
Outros ajustes CPC	(672.437)	(60.519)	(168.109)	(228.629)	(629.984)	(56.699)	(157.496)	(214.195)
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Contr. - IFRS 16	(3.332)	(300)	(833)	(1.133)	(2.871)	(258)	(718)	(976)
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)
Provisão Impairment Angra 3	(4.508.765)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)	(4.508.764)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(208.659)	(18.779)	(52.165)	(70.944)	(201.563)	(18.141)	(50.391)	(68.531)
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)
Provisão benefício pós-emprego	(2.741)	(247)	(685)	(932)	(77)	(7)	(19)	(26)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(112.141)	(10.093)	(28.035)	(38.128)	(112.039)	(10.084)	(28.010)	(38.093)
Provisão para risco	(250.522)	(22.547)	(62.631)	(85.177)	(267.230)	(24.051)	(66.808)	(90.858)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(56.890)	(5.120)	(14.223)	(19.343)	(64.905)	(5.841)	(16.226)	(22.068)
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.642.521	147.827	410.630	558.457	1.642.521	147.827	410.630	558.457
D. Fin - Var. Monet. Dívidas Transf p/invest	115.370	10.383	28.843	39.226	115.370	10.383	28.843	39.226
Subtotal	(5.178.831)	(466.095)	(1.294.708)	(1.760.803)	(5.087.847)	(457.906)	(1.271.962)	(1.729.868)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(5.178.831)	(466.095)	(1.294.708)	(1.760.803)	(5.087.847)	(457.906)	(1.271.962)	(1.729.868)
(-) Provisão para valor realizável	5.178.831	466.095	1.294.708	1.760.803	5.087.847	457.906	1.271.962	1.729.868
Outros resultados abrangentes	387.547	34.879	96.887	131.766	387.547	34.879	96.887	131.766
(-) Outros resultados abrangentes	(387.547)	(34.879)	(96.887)	(131.766)	(387.547)	(34.879)	(96.887)	(131.766)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	105.606	-
Provisão de férias e gratificação de férias	33.237	47.216
Encargos sociais sobre provisão de férias	19.966	25.532
Provisão de 13º salário	4.499	-
Encargos sociais sobre provisão de 13º salário	3.413	-
TOTAL	166.721	72.748

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/12/2019
RGR	26.569	29.066
Taxa de fiscalização da Aneel	627	606
TOTAL	27.196	29.672

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	R\$ MIL		R\$ MIL	
	PASSIVO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contrato Pactuação Obrigação Financeira	3.802	3.656	12.216	12.958
Provisão Atuarial	-	-	62.980	60.849
TOTAL	3.802	3.656	75.196	73.807

Em 31 de março de 2020 não ocorreram alterações na natureza e nas condições dos planos de benefícios à aposentadoria em relação ao descrito na nota 21 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em virtude do cenário econômico causado pela pandemia da COVID-19, a Companhia sensibilizou dois dos principais componentes utilizados para a mensuração dos passivos atuariais dos benefícios pós-emprego relacionados aos benefícios de aposentadoria. Os componentes para os quais foram observadas alterações significativas foram o valor justo dos ativos e as taxas de descontos utilizadas para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego, substancialmente mensuradas pela NTN-B e não foi identificado efeitos relevantes.

a) Movimentação das obrigações de benefícios de aposentadoria

O estudo atuarial, em consonância com o CPC 33, efetuado por atuário independente para a data base de 31 de dezembro de 2019, apresentou passivo de R\$ 77.463. O referido estudo atuarial será revisado em 31 de dezembro de 2020. A movimentação das obrigações dos benefícios de aposentadoria com base nas estimativas para 2020 pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	77.463
Pagamentos	(1.129)
Valores reconhecidos no resultado	2.664
Saldo em 31 de março de 2020	78.998

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR de 19 de dezembro de 2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorreram 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 de dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, e o último em maio de 2016. O incentivo de desligamento PSPE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

Em 2017, o Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE foi aprovado pela Diretoria Executiva na 1352ª reunião realizada em 23 de maio de 2017 e pelo Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, na 360ª reunião realizada em 25 de maio de 2017, com início das adesões para maio de 2017 e término em 31 de julho de 2017. Ocorreram

185 desligamentos entre julho de 2017 e dezembro 2017. O incentivo de desligamento PAE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

O Plano de Demissão Consensual – PDC foi aprovado pelo Conselho de Administração na 374ª reunião realizada em 23 de março de 2018, com período de adesão entre 26/03/2018 e 27/04/2018. Os desligamentos, que se iniciaram em 04 de junho de 2018, foram efetuados até 14 de dezembro de 2018. O incentivo de desligamento PDC incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

A ELETRONUCLEAR reconheceu a baixa de provisão de R\$ 8.014 referente ao plano de incentivo de desligamento dos funcionários, permanecendo o saldo da provisão em 31 de março de 2020 de R\$ 36.071 (R\$ 44.085 em 31 dezembro de 2019).

PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2020 - R\$ MIL				
Descritivo	31/12/2019	31/03/2020		
		Reclassificação	Baixa	Saldo
<u>Circulante</u>				
Incentivo - PDC 2	727	(727)	-	-
Incentivo - PDC 3	8.292	-	(3.412)	4.880
Plano Médico - PSPE	8.030	-	(2.235)	5.795
Plano Médico - PAE	6.380	-	-	6.380
Plano Médico - PDC	1.245	(193)	-	1.052
Plano Médico - PDC 2	(65)	920	-	855
Plano Médico - PDC 3	1.178	-	(15)	1.163
Subtotal	25.787	-	(5.662)	20.125
<u>Não Circulante</u>				
Plano Médico - PSPE	3	2	(1)	4
Plano Médico - PAE	11.755	(4)	(1.595)	10.156
Plano Médico - PDC	2.978	1	(263)	2.716
Plano Médico - PDC 2	1.255	-	(213)	1.042
Plano Médico - PDC 3	2.307	1	(280)	2.028
Subtotal	18.298	-	(2.352)	15.946
TOTAL	44.085	-	(8.014)	36.071

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisões para contingências judiciais que atendem os critérios de reconhecimento apresentados no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
- TRABALHISTA				
Principal	128.719	31.110	126.983	30.926
Atualização	58.412	14.406	51.015	13.835
	187.131	45.516	177.998	44.761
- TRIBUTÁRIA				
Principal	6.152	8.064	6.150	8.064
Principal Tributos Federais/Estaduais	19	-	19	-
INSS	6.133	8.064	6.132	8.064
Atualização	11.058	6.609	10.995	6.527
	17.210	14.673	17.146	14.591
- CÍVEL				
Principal	1.052	76	2.598	36
Atualização	188	23	3.818	3
	1.240	99	6.416	39
- AMBIENTAL				
Principal	8.308	-	21.208	-
Atualização	3.568	-	11.397	-
	11.876	-	32.605	-
TOTAL	217.457	60.288	234.165	59.391

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia e, portanto, não provisionados, montam R\$ 1.435.328 atualizados em 31 de março 2020 (R\$ 1.441.553 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 926.236 de processos de natureza trabalhista (R\$ 906.361 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 121.239 de ações tributárias (R\$ 120.352 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 387.853 de ações cíveis (R\$ 414.839 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre as ações de causas prováveis e possíveis, e, que apresentam valores avaliados com perda superiores a 4% da Receita Operacional Líquida (até março de 2020), ou seja, acima de R\$ 33.849, destacam-se:

a) Ação Trabalhista n. 0064500-25.1989.5.01.0029	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [29ª] Vara do Trabalho da Capital do Rio de Janeiro
Partes	Sindicato do Engenheiros do Estado do RJ – SENGE (Substituindo cerca de 245 empregados e ex-empregados) x Eletronuclear (Reclamada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 536.311
Objeto:	URP/1989 – Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.670.661,31, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da Eletronuclear, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em 24.11.2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo específico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16.03.2018, destinada à parte autora (SENGE) para que ofereça manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do Senge com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia ainda não foi intimada para tomar ciência. Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em 19.07.19 para a Companhia pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado. Em 11.12.2019 foi gerado o alvará judicial n. 0094/2019, com expedição em 13.12.2019.
Expectativa de Perda	Possível

b) Ação Tributária/ Fiscal n. 0003767-29.2009.8.19.0001	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [11ª] Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do RJ
Partes	Estado do Rio de Janeiro (Exequente) x Eletrobras Eletronuclear (Executada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 120.093
Objeto:	No auto de infração nº 01.134725-9 é exigida a certidão n. 2008/027.141-2, crédito tributário exigido na presente execução fiscal. Em síntese, a Receita Estadual descreve que a Companhia realizou creditamento indevido de ICMS, por utilizar documentação incorreta e inidônea. Em contraponto a Companhia argumenta que os documentos utilizados para o creditamento são idôneos, já que por ser Furnas responsável pela importação antes da cisão, por sucessão universal de direitos e obrigações, a Companhia passou a ser detentora do crédito, de toda forma, assevera também que não utilizou tais créditos. Foram ajuizados os embargos à execução de n. 0404842-28.2015.8.19.0001 pela Eletrobras Eletronuclear. Há um seguro garantindo o Juízo, o que possibilita a emissão da certidão tributária estadual e o impedimento de penhora on line das contas da Companhia. Em 31.08.2018 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem quanto ao laudo emitido pelo perito judicial. O perito do Juízo destacou que a Companhia não realizou o aproveitamento do crédito fiscal indicado pelo Fisco Estadual. A Companhia manifestou-se quanto àquele laudo e juntou documentos. O processo foi remetido à Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro em 10.10.2018. Em 24.04.2019 foi publicada sentença de procedência dos embargos à execução, com a consequente extinção da execução. O Juízo considerou a tese da Companhia no sentido de que os créditos foram estornados. O Estado do Rio de Janeiro apelou da sentença e a Companhia ofertou suas contrarrazões, com encaminhamento do processo em 14.10.2019 para a instância superior (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro). O TJRJ julgou improcedente o recurso de apelação do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a decisão de 1º instância favorável à Companhia. Em 21.01.2020 foram interpostos embargos de declaração pelo Estado do Rio de Janeiro. Em 11.03.2020 foram julgados improcedentes os embargos de declaração interpostos pelo Estado do Rio de Janeiro.
Expectativa de Perda	Possível

c) Ação Trabalhista n. 0010786-77.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Maria Raimunda Viana de Oliveira e outros (Autores) x Eletrobras Eletronuclear (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 41.315

Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da Eletronuclear, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido dos Reclamantes para ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. O processo encontra-se em 1º Grau, sem prolação de sentença, aguardando a produção de prova pericial, contudo os reclamantes não compareceram à data agendada para a realização dos exames clínicos pelo perito. A empresa se manifestou pela perda da prova pericial. Audiência de encerramento de instrução designada para o dia 16/07/2020.
Expectativa de Perda	Possível

d Ação Trabalhista n. 0010788-47.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Vanderley Costa Oliveira e outros x Eletronuclear Eletronuclear (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 144.601
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da Eletronuclear, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido dos Reclamantes para ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. O processo encontra-se em 1º Grau, sem prolação de sentença, aguardando a produção de prova pericial, contudo os reclamantes não compareceram à data agendada para a realização dos exames clínicos pelo perito. A empresa se manifestou pela perda da prova pericial. Audiência de encerramento de instrução designada para o dia 16/07/2020.
Expectativa de Perda	Possível

e) Ação Trabalhista n. 0010787-62.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Leilson Souza Lima e outros x Eletronuclear Eletronuclear (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos	Valor atualizado: R\$ 144.601

envolvidos	
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da Eletronuclear, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido dos Reclamantes para ressarcimento de danos materiais/morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. O processo encontra-se em 1º Grau, sem prolação de sentença, aguardando a produção de prova pericial, contudo os reclamantes não compareceram à data agendada para a realização dos exames clínicos pelo perito. A empresa se manifestou pela perda da prova pericial. Audiência de encerramento de instrução designada para o dia 16/07/2020.
Expectativa de Perda	Possível

f) Ação Cível n. 1024684-59.2018.4.01.3400	
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [16ª] Vara Federal - SJDF
Partes	RCS Tecnologia Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 88.802
Objeto:	Mandado de Segurança, com pedido de provimento liminar, requerendo a anulação da decisão da autoridade coatora que desclassificou a impetrante da Licitação PE nº 369/2017. Pedido liminar indeferido. Houve apresentação de defesa pela ELETRONUCLEAR. Processo concluso para julgamento. Em 26.09.2019, o juiz proferiu despacho determinando que a empresa interessada IC Supply fosse intimada para, querendo, integrar o polo passivo da demanda e apresentar a sua contestação. Enviado o AR, para citação da IC Supply.
Expectativa de Perda	Possível

g) Ação Cível n. 5028541-56.2018.4.02.5101	
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [19ª] Vara Federal - RJ
Partes	Tecnatom S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 69.558
Objeto:	Mandado de segurança requerendo o cancelamento da Concorrência Internacional DAI.A/CI-004.18. Houve apresentação de defesa pela ELETRONUCLEAR e decisão denegando a ordem. Há recurso de apelação da Tecnatom pendente de julgamento. Exclusão da Eletrobras.
Expectativa de Perda	Possível

h) Ação Cível n. 0022780-32.2018.4.02.5101	
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [10ª] Vara Federal - RJ
Partes	Andrade Gutierrez S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R\$ 162.561
Objeto:	Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ETN; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ETN; (iv) cobrança dos serviços prestados pela AG e não pagos pela ETN. Contestação apresentada pela ETN em 16.05.18. Réplica pela AG em 10.08.18. Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07.01.2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ETN em face da Andrade Gutierrez. Em 27.01.2020, a Andrade ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ETN em face da AG seja suspensa alegando que a ação que move contra a ETN é prejudicial àquela.
Expectativa de Perda	Possível

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias, apresentam o montante de R\$ 1.156.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2019	ATUALIZAÇÃO EM 31/03/2020	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/03/2020
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	177.997	7.505	(555)	2.184	187.131
Tributárias	17.147	63	-	-	17.210
Cíveis	6.416	45	(5.221)	-	1.240
Ambiental	32.605	84	(20.813)	-	11.876
TOTAL	234.165	7.697	(26.589)	2.184	217.457

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2017, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 4.190.415, sendo R\$ 1.923.878 para a Usina Angra 1 e R\$ 2.266.537 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo foi de R\$ 1.937.904. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva conforme RDE 1378.003/17, de 07 de novembro de 2017 e prevê atualização a cada cinco anos. A Companhia não identificou alterações nas premissas utilizadas em 2017 que pudessem requerer a realização de um novo cálculo para o primeiro trimestre de 2020.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

a.2) Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou, através da Resolução RDE nº 1247.003/15, de 12 de agosto de 2015, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10, de 01 de junho de 2010, estendido para 2015, com a revisão das

estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187, de 15 de maio de 2015. A Companhia não identificou alterações nas premissas utilizadas em 2017 que pudessem requerer a realização de um novo cálculo para o primeiro trimestre de 2020.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

i) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade - RBMN, a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 54.555 (base julho de 2015).

ii) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAEA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 610.127 (base julho de 2015).

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

b) Ajuste a valor presente do Descomissionamento, dos Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

O mesmo procedimento é efetuado para os rejeitos de baixa e média atividade e para o combustível nuclear usado, mas o período para o ajuste a valor presente é o início do comissionamento até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 4,36% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento, dos rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, reconhecido no resultado em 31 de março de 2020, é de R\$ 33.566 (R\$ 37.569 em 31 de março de 2019).

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSIONAMENTO - R\$ MIL				
	31/03/2020			31/12/2019
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.923.879	(353.007)	1.570.872	1.554.201
ANGRA 2	2.266.537	(1.318.208)	948.329	938.265
TOTAL	4.190.416	(1.671.215)	2.519.201	2.492.466
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
	31/03/2020			31/12/2019
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	248.137	(7.817)	240.320	237.770
ANGRA 2	416.545	(13.121)	403.424	399.143
TOTAL	664.682	(20.938)	643.744	636.913
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
	31/03/2020			31/12/2019
USINA	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	2.172.016	(360.824)	1.811.192	1.791.971
ANGRA 2	2.683.082	(1.331.329)	1.351.753	1.337.408
TOTAL	4.855.098	(1.692.153)	3.162.945	3.129.379

NOTA 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva, e pela Deliberação nº DEL-135/2019, em 27 de junho de 2019, de seu Conselho de Administração, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R\$ 500.000, com recursos destinados ao ressarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao Empreendimento de Angra 3.

O valor do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. Cabe à ELETRONUCLEAR submeter à Eletrobras, prévia e tempestivamente à Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com a finalidade de aprovar a operação, as condições para o aumento de capital e a concordância da mesma. A ELETRONUCLEAR também deverá obter a manifestação prévia e favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e do Ministério da Economia, para realização da Assembleia Geral para aprovação do aumento de capital. Caso o prazo para efetivação do aumento de capital, com a respectiva capitalização, seja superior ao prazo de um ano, haverá atualização do valor pela taxa SELIC.

O AFAC foi formalizado por meio do Contrato nº ECF 3381/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 31 de julho de 2019.

Em 01 de Agosto de 2019, a Eletrobras efetuou a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 250.116, do Contrato nº ECF 3381/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 29 de setembro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Deliberação nº DEL-207/2019, de seu Conselho de Administração, consubstanciado pela Resolução nº RES-412/2019, de 17 de junho de 2019, e pela Deliberação nº DEL-135/2019, de 27 de junho de 2019, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R\$ 350.000, com recursos destinados ao ressarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao Empreendimento de Angra 3. O valor atualizado do AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. A formalizado deste AFAC ocorreu por meio do Contrato nº ECF 3384/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 05 de dezembro de 2019.

Em 11 de outubro de 2019, a Eletrobras efetuou a liberação da segunda parcela, no valor de R\$ 180.392, do Contrato nº ECF 3381/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 21 de novembro de 2019, a Eletrobras efetuou a liberação da terceira e última parcela, no valor de R\$ 69.492, do Contrato nº ECF 3381/19.

Em 09 de dezembro de 2019, a Eletrobras efetuou a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 200.000, do Contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 07 de fevereiro de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da segunda parcela, no valor de R\$ 88.716, do Contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 18 de março de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da terceira parcela, no valor de R\$ 10.000, do Contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

NOTA 26 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

IFRS 16/CPC 06 – Leases (Arrendamentos)

A adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 foi em 01 de janeiro de 2019 numa abordagem retrospectiva modificativa, com uma taxa incremental de 8,82% a.a.

O quadro abaixo apresenta os saldos contábeis após a adoção da norma:

IFRS 16		
SALDOS LÍQUIDOS	R\$ MIL	
	31/12/2019	31/03/2020
ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Imóveis	24.846	22.215
ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Veículos	29.749	26.309
Total Direito de Uso	54.595	48.524
PASSIVO - IFRS 16 - Arrendamento Mercantil a Pagar	(56.336)	(50.443)
Total Passivo de Arrendamento	(56.336)	(50.443)
TOTAL DE SALDOS LÍQUIDOS	(1.741)	(1.919)

Movimentação dos ativos e passivo de arrendamento mercantil – IFRS 16:

ATIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16				
	31/12/2019	Novos Contratos	Depreciação	31/03/2020
Direito de Uso de Imóveis	24.846	-	(2.631)	22.215
Direito de Uso de Veículos	29.749	-	(3.440)	26.309
Total	54.595	-	(6.071)	48.524

PASSIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16						
	31/12/2019	Novos Contratos	Amortização do Principal	Transferência	Encargos (Juros, Variações monetária)	31/03/2020
Circulante	24.338	-	(7.046)	6.413	1.153	24.858
Imóveis	10.338	-	(3.034)	2.724	531	10.559
Veículos	14.000	-	(4.012)	3.689	622	14.299
Não circulante	31.998	-	-	(6.413)	-	25.585
Imóveis	15.531	-	-	(2.724)	-	12.807
Veículos	16.467	-	-	(3.689)	-	12.778
Total	56.336	-	(7.046)	-	1.153	50.443

NOTA 27- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E.Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem, depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 28 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Suprimento de energia elétrica	931.611	865.754
Impostos sobre vendas:		
PIS/PASEP	(15.372)	(14.285)
COFINS	(70.802)	(65.797)
Taxa de Fiscalização	(2.038)	(1.974)
Outros	14	(368)
	843.413	783.330
Reserva global de reversão - RGR	(25.910)	(23.999)
TOTAL	817.503	759.331

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento líquido de energia elétrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 3.094.959 MWh* em março de 2020 (3.806.848 MWh* em março de 2019), corresponde a uma receita de R\$ 931.611 em 31 de março de 2020 (R\$ 865.754 em 31 de março de 2019).

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

b) Apuração do PIS/PASEP e do COFINS

A apuração do PIS/PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 29 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Encargos de uso da rede de transmissão	33.732	25.866
Encargos de uso do sistema de distribuição	11.128	8.254
Pessoal	95.452	111.729
Pessoal - plano médico incentivo desligamento (a)	642	3.735
Pessoal - incentivo desligamento (b)	2.057	202
Material	27.372	5.499
Serviços de terceiros (c)	57.487	19.371
Depreciação e amortização	141.602	128.642
Combustível para produção de energia elétrica	101.699	105.822
Aluguéis	1.717	1.230
Tributos	1.869	1.948
Seguros	5.392	5.067
Anuidade e contribuições	6.589	28
Comunicação	116	67
Luz e força	-	32
Contribuições CCEE/.ONS	106	368
Outros	658	48
TOTAL	487.618	417.908

- a)** Custo/Provisão para plano de incentivo de desligamento (plano de saúde)
- b)** Custo/Provisão para plano de incentivo de desligamento (incentivo de desligamento).
- c)** Aumento em 2020 devido aos serviços executados durante parada da Usina Angra 1 no período programado de 11/01/2020 até 14/02/2020.

NOTA 30 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal (a)	54.772	26.742
Pessoal - Plano Médico Incentivo Desligamento (b)	(2.903)	1.458
Pessoal - Incentivo Desligamento (c)	(4.603)	2.977
Material	1.561	919
Serviços de terceiros	33.093	27.453
Depreciação e amortização	1.806	1.102
Depreciação direito de uso - IFRS 16	6.071	4.712
Aluguéis	2.009	723
Provisões para risco (d)	(16.708)	34.181
Provisões benefício pós-emprego	2.664	35.191
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	101	3.284
Outras provisões	15	234
Tributos	21.642	11.516
Seguros	86	31
Recuperação de despesa	(124)	(628)
Anuidades e contribuições	473	411
Comunicação	419	463
Luz e força	1.805	1.775
Condenações judiciais	2.184	9.264
Outras	903	1.640
TOTAL	105.266	163.448

a) Aumento em 2020 devido aos gastos com pessoal que deixaram de ser transferidos para custos diretos aplicados ao empreendimento Angra 3, devido às suspensões nas atividades do empreendimento.

b) Provisão e reversão de provisão para plano de incentivo de desligamento (plano de saúde)

c) Provisão e reversão de provisão para plano de incentivo de desligamento (incentivo de desligamento)

d) Reversão de provisão para risco

NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	926	1.013
Ganho sobre tít.e val. Mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	370.614	24.578
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	-2.052	59.456
Var. monetárias Empréstimo	82	-
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	388
Var. monetárias diversas	768	2.929
Outras receitas financeiras	239	2.148
	370.577	90.512
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos s/ financiamentos (a)	(147.535)	(15.680)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(33.566)	(37.569)
Ajuste a valor presente da obrigação com arrendamento mercantil - IFRS 16	(1.153)	(1.258)
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	(73.201)	(22.030)
Var. monetária Empréstimo - Eletrobras	(4.574)	-
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	(5.855)
Var. monetárias sobre dívida - Furnas	(250)	(2.235)
Var. monetárias diversas	-	(6.606)
Outras despesas financeiras	(611)	(1.222)
Outras despesas financeiras - diferença de tarifa - Furnas	-	(3.630)
	(260.890)	(96.085)
TOTAL	109.687	(5.573)

a) Aumento em 2020 por causa dos encargos que não foram capitalizados devido às suspensões nas atividades do empreendimento Angra 3.

NOTA 32 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2019 e 2020 segue demonstrada:

Os encargos financeiros e variações monetárias capitalizados foram excluídos da base tributável.

E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/12/2019
(Lucro) antes da contribuição social e imposto de renda	334.306	172.402	334.306	172.402
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	33.566	37.569	33.566	37.569
Despesa com juros - IFRS 16	1.153	1.258	1.153	1.258
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	84.984	73.895	84.984	73.895
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	8.100	9.293	8.100	9.293
Provisão atuarial benefício pós-emprego	2.664	35.191	2.664	35.191
Provisões diversas	104	235	104	235
Provisão para Devedores Duvidosos	103	3.286	103	3.286
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	(8.014)	8.226	(8.014)	8.226
Provisão para risco	(16.708)	34.184	(16.708)	34.184
Multas Indedutíveis	94	-	94	-
Outras	7.089	96	7.061	70
	113.135	203.233	113.107	203.207
Exclusões				
Reversão de provisão para devedores duvidosos	2	1	2	1
Reversão de provisão plano incentivo PSPE/PAE/PDC	-	5.051	-	5.051
Desp. Financ. - Enc. Dívidas - Transf. p/ investimento	-	136.545	-	136.545
Desp. Financ. - Var. Monet. - Transf. p/ investimento	-	8.916	-	8.916
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	6.764	4.828	6.764	4.828
	6.766	155.341	6.766	155.341
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	440.675	220.294	440.695	220.267
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	132.203	66.088	132.209	66.080
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	308.473	154.206	308.487	154.187
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	77.819	38.545	28.017	13.877

NOTA 33 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS, VARIAÇÕES MONETÁRIAS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	926	1.013
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	-
Efeito na receita financeira	926	1.013
Encargos financeiros contabilizados no resultado	147.535	152.224
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	(136.544)
Efeito na despesa financeira	147.535	15.680
Variações monetárias contabilizadas no resultado	4.492	8.916
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	(8.916)
Efeito na despesa financeira	4.492	-
Efeito líquido no resultado	(151.101)	(14.667)

NOTA 34 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações de comercialização de energia com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços estabelecidos pelo órgão regulador ou baseados em contratos próprios do Setor Elétrico.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	31 DE MARÇO DE 2020							31/12/2019
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Amazonas GT	TOTAL	TOTAL
Ativo								
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	7.951
Fundo descomissionamento	1.638.760	-	-	-	-	-	1.638.760	1.222.393
Outras contas a receber	28.274	2.100	-	-	20	-	30.394	30.204
Passivo								
Fornecedores	-	(2.905)	(1.369)	(597)	(931)	(13)	(5.815)	(5.817)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(271.164)	-	-	-	-	(271.164)	(266.852)
Financiamentos captados	(1.789.933)	-	-	-	-	-	(1.789.933)	(1.805.901)
Saldo Líquido	(122.899)	(271.969)	(1.369)	(597)	(911)	(13)	(397.758)	(818.022)
TRANSAÇÕES	31 DE MARÇO DE 2020							31/03/2019
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Amazonas GT	TOTAL	TOTAL
Receita								
Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	23.852
Juros e multa	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do fundo financeiro	370.614	-	-	-	-	-	370.614	24.578
Despesa								
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(4.312)	-	-	-	-	(4.312)	(2.236)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(5.451)	-	-	-	-	(5.451)	(3.629)
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.699)	(4.165)	(1.808)	(2.803)	(39)	(14.514)	(12.447)
Encargos financeiros	(33.667)	-	-	-	-	-	(33.667)	(15.679)
Variação monetária - Empréstimo	409	-	-	-	-	-	409	-
Despesas reembolsáveis	(220)	10	-	-	3	-	(207)	(242)
Saldo Líquido	303.469	(15.452)	(4.165)	(1.808)	(2.800)	(39)	279.205	14.197

- **Concessionárias e Permissionárias:** corresponde a valores a receber referentes a faturamento vinculado à receita anual determinada. A tarifa praticada nessas transações entre partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel (nota 6).
- **Fundo de descomissionamento:** o fundo de descomissionamento de usinas nucleares se refere à obrigação para desmobilização dos ativos das usinas nucleares, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas (notas 11 e 24).
- **Fornecedores:** refere-se a valores a pagar vinculado, principalmente a Uso de Rede de Transmissão.
- **Devolução de Tarifa RH 1.406/12:** diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência a ser repassado para Furnas. (Parágrafo 4º do art. 12, da Lei 12.111/2009 e no art. 2º da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012).
- **Financiamentos captados:** a Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos firmados com a Eletrobras. O detalhamento das operações e taxas de juros são apresentadas na nota 17.
- **Despesas reembolsáveis:** custo e despesa referentes, principalmente, à cessão e requisição de funcionários entre companhias.

- **Encargos Financeiros:** encargos financeiros líquidos apropriados no resultado referentes a financiamentos da Eletrobras.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na nota 21.

NOTA 35 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	25.910	23.999
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	106	30
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	-	338
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	2.038	1.974
TOTAL	28.054	26.341

NOTA 36 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de março de 2020, é de R\$ 28.099.703 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE MARÇO DE 2020			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares:	30/10/2020	20.205.787	26.640
- Danos materiais		18.715.320	19.721
- Responsabilidade civil		1.490.467	6.919
Riscos de Engenharia:	26/08/2020	7.793.576	5.421
- Construção		2.928.621	1.830
- Responsabilidade civil		30.000	167
- Armazenamento de equipamentos		4.834.955	3.424
Diversos	Diversas	100.340	295
TOTAL		28.099.703	32.356

**Informação não revisada pelo auditor independente*

NOTA 37 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de março de 2020, foram de R\$ 63 e R\$ 4 (R\$ 63 e R\$ 4, em dezembro de 2019), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior e menor honorário atribuídos a dirigentes, tomando-se por base o mês de março de 2020, corresponde a R\$ 40 e R\$ 4 (R\$ 40 e R\$ 4, em dezembro de 2019).

Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	608	447
Encargos Sociais	158	113
Benefícios	11	6
TOTAL	777	566

NOTA 38 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de março de 2020. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à

venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

38.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela Aneel para o período de 2020 a 2027. A Resolução Homologatória Aneel nº 2.661/2019 estabeleceu a receita fixa de R\$ 3.726.446 para o ano de 2020, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de três anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da Aneel, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL						
	2020*	2021	2022	2023	2024	Após 2025	TOTAL
AME - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	49.965	66.620	66.620	66.620	66.620	199.860	516.305
CEA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	8.310	11.080	11.080	11.080	11.080	33.239	85.867
CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	27.213	36.284	36.284	36.284	36.284	108.853	281.205
CEB-DIS - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	50.329	67.106	67.106	67.106	67.106	201.317	520.069
CEEE-D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	64.836	86.447	86.447	86.447	86.447	259.342	669.968
CELESC-DIS - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	142.560	190.081	190.081	190.081	190.081	570.242	1.473.125
CELG-D - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	94.438	125.917	125.917	125.917	125.917	377.752	975.858
CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.	62.083	82.778	82.778	82.778	82.778	248.334	641.529
CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	88.739	118.319	118.319	118.319	118.319	354.956	916.971
CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	45.018	60.024	60.024	60.024	60.024	180.073	465.190
CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	220.697	294.263	294.263	294.263	294.263	882.789	2.280.538
CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	24.217	32.290	32.290	32.290	32.290	96.869	250.246
CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.	24.470	32.626	32.626	32.626	32.626	97.878	252.853
CHESP - COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	957	1.277	1.277	1.277	1.277	3.830	9.893
COCEL - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	2.638	3.517	3.517	3.517	3.517	10.551	27.257
COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	129.926	173.235	173.235	173.235	173.235	519.705	1.342.571
COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	195.838	261.117	261.117	261.117	261.117	783.352	2.023.659
COSEERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	37.535	50.047	50.047	50.047	50.047	150.142	387.866
COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ	19.969	26.625	26.625	26.625	26.625	79.874	206.342
CPFL - PIRATININGA - COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	77.887	103.850	103.850	103.850	103.850	311.550	804.836
CPFL-PAULISTA - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	185.729	247.639	247.639	247.639	247.639	742.916	1.919.200
DEMEI - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	1.045	1.394	1.394	1.394	1.394	4.181	10.801
DMED - DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	3.481	4.641	4.641	4.641	4.641	13.923	35.969
EBO - ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	5.642	7.522	7.522	7.522	7.522	22.567	58.297
EDP ES - ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	52.135	69.514	69.514	69.514	69.514	208.541	538.730
EDP SP - SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	79.317	105.756	105.756	105.756	105.756	317.267	819.606
ELEKTRO - ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.	107.121	142.829	142.829	142.829	142.829	428.486	1.106.921
ELETRIOACRE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	6.931	9.241	9.241	9.241	9.241	27.723	71.619
ELETRICAR - CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A.	1.396	1.861	1.861	1.861	1.861	5.584	14.426
ENEL SP - ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO	314.136	418.848	418.848	418.848	418.848	1.256.545	3.246.075
ELFSM - EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.	3.812	4.815	4.815	4.815	4.815	14.446	37.319
EMG - ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	9.815	13.086	13.086	13.086	13.086	39.259	101.419
EMS - ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	35.296	47.061	47.061	47.061	47.061	141.184	364.726
EMT - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	53.129	70.839	70.839	70.839	70.839	212.516	549.001
ENEL CE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	80.368	107.157	107.157	107.157	107.157	321.471	830.466
ENEL RJ - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	82.330	109.773	109.773	109.773	109.773	329.318	850.738
EPB - ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	30.425	40.567	40.567	40.567	40.567	121.701	314.393
ESE - ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	21.283	28.377	28.377	28.377	28.377	85.132	219.925
ESS - ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	29.198	38.931	38.931	38.931	38.931	116.792	301.712
ETO - ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	15.322	20.429	20.429	20.429	20.429	61.288	158.326
FORCEL - FORÇA E LUZ CORONEL VÍVIDA LTDA	422	563	563	563	563	1.690	4.365
IENERGIA - IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA	1.662	2.216	2.216	2.216	2.216	6.648	17.173
LIGHT - LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	174.726	232.968	232.968	232.968	232.968	698.904	1.805.502
MUXENERGIA - MUXFELDT MARIN & CIA. LTDA	491	655	655	655	655	1.965	5.076
RGE SUL - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	131.577	175.436	175.436	175.436	175.436	526.307	1.359.625
UHENPAL - USINA HIDROELÉTRICA NOVA PALMA LTDA.	819	825	825	825	825	2.475	6.393
TOTAL	2.794.834	3.726.446	3.726.446	3.726.446	3.726.446	11.179.337	28.879.954

Compromisso de venda de energia para o período de 2020 a 2027, atualizado de acordo com as REHs Aneel 2.643/2019 e 2.661/2019.
*Compromisso ref. abr/2020 a dez/2020

38.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2020	264.941
2021	115.563
2022	13.575
2024	78.329
2025	177.177
2026	72.828
2027	-
Após 2027	11.574.871
TOTAL	12.297.284

*Informação não revisada pelo auditor independente

38.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2020	160
2021	55.939
2022	70.169
2023	80.440
2024	67.007
2025	67.007
2026	56.533
2027	-
Após 2027	-
TOTAL	397.255

**Informação não revisada pelo auditor independente*

38.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2020	291.617
2021	421.662
2022	625.959
2023	371.410
2024	292.315
2025	36.480
2026	-
2027	-
Após 2027	-
TOTAL	2.039.443

**Informação não revisada pelo auditor independente*

39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de abril de 2020 e 20 de maio de 2020, a Eletrobras efetuou as liberações das quarta e quinta parcelas, nos respectivos valores de R\$ 30.000 e R\$ 21.284, do Contrato nº ECF 3384/19 (AFAC, nota 25), mediante solicitações de desembolsos enviadas pela ELETRONUCLEAR.

Em 06 de Maio de 2020, a ELETRONUCLEAR recebeu comunicação formal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio da Carta AE/DEENE1 nº 056/2020, aprovando o pedido, encaminhado pela Companhia em 26 de março de 2020, para a suspensão do pagamento por 6 (seis) meses, no período de 15.05.2020 a 15.10.2020, do serviço da dívida contratado com esta instituição financeira conforme contrato nº 10.2.2023.1. Em 22 de março de 2020, o BNDES havia anunciado medidas em caráter emergencial para auxiliar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia brasileira. Uma das medidas adotadas pelo banco de fomento foi a possibilidade de suspensão temporária por até 6 (seis) meses do pagamento das parcelas mensais (principal e juros remuneratórios), operação esta denominada no mercado de “standstill”, dos contratos de financiamentos diretos firmados junto ao BNDES, no qual se enquadra o contrato nº 10.2.2032.1 e para o qual a Companhia aderiu, oportunamente, adotando como uma de suas medidas de preservação de caixa. Concomitantemente à suspensão do pagamento do serviço da dívida, foi comunicado pelo BNDES, na mesma carta, que houve a prorrogação até a data de 15/10/2020 do prazo para o cumprimento pela ELETRONUCLEAR da obrigação do preenchimento da Conta Reserva.

EDVALDO LUÍS RISSO
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 005.199.978-16

RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente Financeiro
CPF: 085.658.417-74 – CRC: RJ – 086615/O-4

BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Chefe de Departamento de Contabilidade
CPF: 090.436.427-54 – CRC: RJ – 098430/O-2